

CORREIO

DAS REGIÕES

REPRODUÇÃO/CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



Sessão também teve participação de moradores na Tribuna Livre

Rio Preto aprova desconto de IPTU para ruas próximas à feiras

A Câmara de São José do Rio Preto aprovou uma mudança na legislação que concede desconto de 50% no IPTU de imóveis afetados pela realização de feiras livres. A proposta, de autoria do vereador Paulo Pauléra, amplia o benefício para propriedades situadas em ruas adjacentes às vias onde as feiras são instaladas. Durante a 28ª Sessão Ordinária, os vereadores também aprovaram alterações no Plano Diretor, incluindo a entrada da Defesa Civil no Conselho do Plano Diretor. Outras propostas trataram de visitação ao Zoológico, cadastro de cuidadores familiares, restrições à venda de bebidas destinadas durante o surto de intoxicação por metanol e medidas relacionadas a motociclistas. O secretário de Segurança, Márcio Cortez, também apresentou dados da pasta e respondeu a questionamentos sobre a atuação da Guarda Municipal.

Censo de Limeira tem 2.349 pendências

Servidores efetivos da Prefeitura e da Câmara de Limeira têm até 11 de setembro para concluir o Censo Cadastral Previdenciário 2026. Dos 6.052 segurados convocados, 3.660 já finalizaram o procedimento, enquanto 2.349 ainda precisam concluir. O IPML alerta que quem não fizer o cadastramento poderá ter os vencimentos suspensos após notificação. O censo atualiza dados dos segurados e auxilia na gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O atendimento presencial é destinado a situações excepcionais.

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE LIMEIRA



Atendimento presencial pode ser agendado em casos excepcionais

São Roque pode ter apuração sobre Zona Azul

O vereador Diego Costa protocolou representação no Ministério Público para pedir apuração sobre o funcionamento da Zona Azul de São Roque. O parlamentar questiona possíveis irregularidades, principalmente o respeito aos 10 minutos de estacionamento gratuito previstos na regulamentação municipal. Segundo relatos, avisos de irregularidade estariam sendo emitidos poucos minutos após a chegada dos veículos. A representação também busca verificar os mecanismos de controle e fiscalização do sistema.

Sorocaba muda exigência para ostomizados

A Lei nº 13.584, publicada no Jornal do Município, altera a exigência de ducha higiênica e pia em sanitários destinados a pessoas ostomizadas. A obrigatoriedade, antes aplicada a estabelecimentos com mais de 500 m², passa a valer para locais com área superior a 5 mil m². Nesses estabelecimentos, deverá haver ao menos um box sanitário equipado com ducha higiênica e pia com torneira.

Boituva retoma plantão

O plantão noturno da Polícia Civil foi retomado em Boituva a partir desta terça-feira (1º). O serviço havia sido suspenso em 9 de julho por falta de efetivo, fazendo com que ocorrências noturnas fossem encaminhadas para Tatuí. A Prefeitura informou que a retomada ocorreu após articulação com o Governo do Estado.

Projeto de escuta avança

Em primeira discussão, a Câmara de Sorocaba votará o Projeto de Lei nº 385/2025, que cria o Programa Municipal de Escuta Psicológica Itinerante. A proposta prevê atendimento gratuito em UBSS, escolas, centros comunitários e unidades móveis. A Comissão de Justiça apontou inconstitucionalidade por possível vício de iniciativa.

Esporte é tema em Jundiaí

Mais de 250 pessoas participaram do Fórum Municipal de Esporte e Lazer de Jundiaí, realizado pela Prefeitura em parceria com a ESEF. O encontro debateu o esporte como política pública e direito social, reunindo educadores, estudantes e representantes de instituições. O evento também contou com palestra sobre políticas esportivas.

13º da Santa Casa avança

O pagamento da primeira parcela do 13º salário aos funcionários da Santa Casa de Tatuí mobilizou vereadores durante sessão da Câmara. O Legislativo devolveu R\$ 1,28 milhão ao município para o benefício. Segundo o Executivo, o recurso já está disponível à Santa Casa e os funcionários podem optar pelo adiantamento de 50% do 13º.

Ribeirão anuncia moradias

A Prefeitura de Ribeirão Preto anunciou a construção de 1.521 moradias no Residencial Vida Nova Ribeirão Scodro I. O empreendimento terá investimento superior a R\$ 334 milhões e será viabilizado pelo Minha Casa, Minha Vida, com participação da Caixa e da Pacaembu. As obras devem gerar mais de 4.700 empregos diretos e indiretos.

Jundiaí altera linhas

A partir de 5 de setembro, as linhas 572, 573, 574, 577 e 578, que atendem o Terminal Hortolândia, terão novos horários em Jundiaí. A mudança busca ajustar a programação aos tempos de percurso. A linha 573 terá mais horários aos fins de semana, enquanto a 578 unificará os itinerários A e B. As demais linhas serão revisadas em etapas.



Julgamento destacou falta de assistência durante a permanência no hotel

Família de Rio Preto ganha ação contra resort após intoxicação

TJ-SP reconheceu falha no serviço após hóspedes apresentarem sintomas

Da **Redação**

A 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) manteve a condenação de um resort localizado na Bahia ao pagamento de indenização a uma família que apresentou sintomas de intoxicação alimentar durante uma hospedagem no período de Natal. A decisão confirmou a sentença da 7ª Vara Cível de São José do Rio Preto e reconheceu falha na prestação dos serviços.

Cada um dos quatro integrantes deverá receber R\$ 5 mil por danos morais. A empresa também terá de ressarcir os prejuízos materiais comprovados, incluindo os gastos com novas passagens aéreas para antecipar o retorno da família.

Segundo o processo, os autores contrataram um pacote de hospedagem no sistema “all inclusive”, com todas as refeições incluídas. Após a ceia da noite de 24 de dezembro, os quatro familiares apresentaram febre, vômitos e diarreia.

Uma das hóspedes estava grávida de 16 semanas e precisou de atendimento médico. Diante da persistência dos sintomas, a família decidiu interromper a viagem e retornar para casa antes da data

prevista, sendo obrigada a comprar novas passagens em caráter de urgência.

Na análise do recurso, o relator, desembargador Walter Exner, considerou que os documentos médicos comprovaram o adoecimento logo após a refeição. Segundo ele, o resort não apresentou provas suficientes para afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

O magistrado também manteve o ressarcimento das despesas com a alteração da viagem. A defesa da empresa havia alegado a existência de previsão contratual para impedir a antecipação do retorno, mas o argumento não foi acolhido pelo colegiado.

A decisão levou em consideração ainda as circunstâncias do episódio, como a gravidez de uma das hóspedes e a presença de duas menores de idade. O julgamento concluiu que a situação ultrapassou um simples aborrecimento e causou angústia aos integrantes do grupo.

A sentença foi mantida por unanimidade. Também participaram do julgamento os desembargadores Lidia Conceição e Milton Carvalho. A decisão de primeira instância havia sido proferida pela juíza Andressa Maria Tavares Marchiori.